

**Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA**

CNPJ nº 24.232.886/0073-31
Demonstrações Financeiras

Balço patrimonial				Demonstração do resultado			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
	Nota	2.021	2.020		Nota	2.021	2.020
Ativo Circulante				Receitas Operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.565	23.852	Receitas de subvenções - custeio	19	84.083.202	66.365.115
Contas a receber	6	2.128.202	2.261.346	Receitas de subvenções - investimento	9b	1.535.826	859.783
Estoques	7	3.129.600	2.414.661	Receitas financeiras		43.194	74.573
Outros ativos circulantes		323.659	428.324	Doações		3.213.367	-
		5.584.026	5.128.183	Outras receitas		835.104	433.678
Não Circulante				Receita com trabalho voluntário		24.259	578
Realizável a longo prazo				Total das Receitas		89.734.952	67.733.727
Partes relacionadas a receber	14	28.789.886	10.510.160	Despesas Operacionais			
Depósitos judiciais	8	925.347	954.123	Despesa com pessoal	20	(32.549.222)	(24.563.015)
		29.715.233	11.464.283	Serviços de terceiros	21	(23.446.079)	(19.811.774)
Imobilizado	9	2.231.140	8.209.437	Custo corporativo compartilhado	22	(4.227.900)	(3.269.301)
Intangível				Drogas, medicamentos e materiais	23	(17.392.123)	(10.595.067)
		2.231.140	8.209.437			(77.615.324)	(58.239.157)
Total do Ativo		31.946.373	19.673.720	Despesas gerais e administrativas	24	(3.833.951)	(3.717.590)
		37.530.399	24.801.903	Amortização e depreciação	9b	(1.535.826)	(859.783)
Passivo e patrimônio líquido negativo				Despesas financeiras	25	(351.599)	(241.220)
Circulante				Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	6b	(1.526.475)	1.014.220
Fornecedores	10	1.764.110	1.191.099	Reversão (constituição) de provisão para contingência	18	139.940	1.071.899
Honorários médicos	11	1.310.465	-	Despesa com trabalho voluntário		(24.259)	(578)
Obrigações sociais e trabalhistas	12	6.266.180	4.161.231			(7.132.170)	(2.733.052)
Obrigações fiscais	13	4.821.361	4.878.965	Total das Despesas		(84.747.494)	(60.972.209)
Partes relacionadas a pagar	14	2.185.672	4.061.237	Superávit dos Exercícios		4.987.458	6.761.518
Receitas diferidas	15	11.088.878	13.093.036				
Adiantamento de cliente	16	7.845.544	-	Demonstração do resultado abrangente			
Outros passivos		38.439	38.439	Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
		35.320.649	27.424.007			2.021	2.020
Não Circulante				Superávit dos Exercícios		4.987.458	6.761.518
Obrigações fiscais	13	781.708	919.785	Outros resultado abrangentes		-	-
Provisão para descontinuidade	17	3.076.288	2.953.875	Resultado Abrangente dos Exercícios		4.987.458	6.761.518
Provisão para contingência	18	31.120	171.060				
		3.889.116	4.044.720	Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto			
Patrimônio Líquido Negativo				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Patrimônio social negativo		(6.666.824)	(13.428.342)	Fluxo de caixa das atividades operacionais		2.021	2.020
Superávit dos exercícios		4.987.458	6.761.518	Superávit dos exercícios		4.987.458	6.761.518
		(1.679.366)	(6.666.824)	Ajustado por:			
Total do Passivo		37.530.399	24.801.903	Depreciação e amortização		1.535.826	859.783
				Realização de subvenções do ativo imobilizado (Reversão) constituição de provisão para contingência		(1.535.826)	(859.783)
				Superávit dos exercícios ajustado		(139.940)	(1.071.899)
				Varições nos ativos e passivos		4.847.518	5.689.619
				Contas a receber		133.144	2.130.907
				Estoques		(714.939)	(533.525)
				Outros ativos circulantes		104.665	37.847
				Depósitos judiciais		28.776	(120.195)
				Fornecedores		573.011	(710.238)
				Honorários Médicos		1.310.465	(1.491.851)
				Obrigações sociais e trabalhistas		2.104.949	635.159
				Obrigações fiscais		(195.681)	195.187
				Provisão para descontinuidade		122.413	213.840
				Outros passivos		7.845.544	-
				Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		14.155.707	8.072.550
				Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
				Aquisições de imobilizado e intangível		5.978.297	(534.546)
				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		5.978.297	(534.546)
				Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
				Empréstimos pagos - partes relacionadas		(20.155.291)	(11.321.709)
				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(20.155.291)	(11.321.709)
				Redução do caixa e equivalentes de caixa		(21.287)	(3.783.705)
				Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
				No início do exercício		23.852	3.807.557
				No fim do exercício		2.565	23.852
				Redução do caixa e equivalentes de caixa		(21.287)	(3.783.705)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.021 e de 2.020
Cifras apresentadas em reais.

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. **b) Contrato de Gestão:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 03 de julho de 2.006, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional do Sudeste do Pará. Em Setembro de 2.012, pactuou novo contrato, vigente por 05 (cinco) anos e reajustável a cada doze meses. Em 17 de setembro de 2.017 a Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, pactuou com o Governo do Estado do Pará, novo contrato de gestão nº 001/2.017 dando continuidade no gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional do Sudeste do Pará por mais 60 meses. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, cuja cópia deverá ser, inclusive, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A verificação é relativa ao cumprimento

das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: **I** - Prestação de serviços hospitalares (mapa de produção) **II** - Indicadores de qualidade; e **III** - Prestação de contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulamentação e aos municípios da região de abrangência. **c) Ações estratégicas para manutenção das atividades operacionais:** A Administração da Pró-Saúde, vem implementando esforços para equilibrar as receitas e despesas do contrato de gestão firmado com o Governo do Estado do Pará. Em função dos déficits apurados ao longo do contrato de gestão, a unidade passou a apresentar capital circulante líquido negativo de R\$ 29.736.624 e patrimônio líquido negativo de R\$ 1.679.366. A Administração continuará com as ações estratégicas para manutenção das atividades operacionais que são: reduzir ainda mais os custos hospitalares sem prejudicar os atendimentos e pleitear junto ao Governo do Estado do Pará o reequilíbrio financeiro do contrato de gestão. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 24 de março de 2.022. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e** *continua*

continuação

moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 6 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa; • Nota 9 - Depreciação e amortização do imobilizado e intangível; • Nota 17 - Provisão para descontinuidade; e • Nota 18 - Provisão para contingência. **3. "Operação S.O.S." e seus Reflexos:** Em agosto de 2018, a associação tomou conhecimento de que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A associação esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Velloso - Marabá/PA pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro estão sendo objeto de investigação do Ministério Público Federal. Buscando honrar os 54 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional vêm sendo adotados desde 2017, a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência. Dentre outras ações podemos destacar a implantação do Programa de Integridade Anticorrupção; desenvolveu o programa de governança corporativa; instituiu normas de transparência e reorganização de todos os seus processos internos; treinamentos das novas regras institucionais à totalidade dos seus colaboradores; reestruturou sua diretoria; criou o departamento de controladoria; lançou o Código de Ética e de Conduta institucional com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção; estruturou a Superintendência Executiva de Integridade, com a contratação de colaboradores dedicados e estrutura própria; lançou o Canal de Denúncia e Canal de Consulta Ética; realizou treinamentos para colaboradores de diversas carreiras e níveis; e instituiu a publicação semanal Pílulas de Integridade. Este movimento de ações se tornaram uma rotina constante na entidade, levando e elevando o nível de disseminação da cultura e de aprendizado contínuo na aplicação dos mais modernos e seguros preceitos de governança e integridade. **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** • **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com insignificante risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. • **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de reavaliação e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • **Imobilizado:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • **Intangível:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). **Receita diferida - investimento:** Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a desti-

9. Imobilizado e Intangível: a) Composição	2.021
Itens	
Aparelhos médicos e cirúrgicos	
Benfeitorias	
Equipo processamento de dados	
Equipamento telefônico	
Instalações	
Instrumentais de médicos e hosp.	
Máquinas e equiptos de escritório	
Máquinas e equiptos hospitalares	
Móveis e utensílios de escritório	
Adiantamento a fornecedores	
Imobilizações em andamento	
(-) Subvenções a realizar	
Total imobilizado	

Direitos de uso de software

Total intangível

*As imobilizações em andamento referem-se à ampliação do Hospital, através de subvenções específicas, com a conclusão das obras previstas para o exercício de 2.022.

nação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido a sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e empréstimos com partes relacionadas.

5. Caixa e Equivalentes De Caixa

Descrição	2.021	2.020
Fundo fixo	2.565	23.531
Banco conta movimento (a)	-	321
	2.565	23.852

(a) Correspondeu aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará.

6. Contas a Receber

Descrição	2.021	2.020
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Custeio (a)	7.381.499	5.256.439
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Investimento	-	731.729
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (b)	(5.253.297)	(3.726.822)
	2.128.202	2.261.346

(a) Secretaria Executiva de Saúde Pública: As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar. **(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, no montante de R\$ 5.253.297, com expectativa remota de recebimento junto à Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.021	2.020
Saldo em 1º de Janeiro	(3.726.822)	(4.741.042)
Complemento (reversão) de provisão	(1.526.475)	1.014.220
Saldo em 31 de dezembro	(5.253.297)	(3.726.822)

7. Estoques

Descrição	2.021	2.020
Fios cirúrgicos	25.255	22.234
Dieta parenteral e enteral	86.439	89.560
Materiais de hemodiálise e dialise peritoneal	171.328	147.949
Materiais de laboratórios	144.647	106.668
Materiais hospitalares de consumo	847.492	717.090
Gases medicinais	79.126	35.572
Materiais de radiologia	34.774	29.637
Materiais hospitalares de reposição	257.136	157.036
Medicamentos	832.966	741.558
Materiais de lavanderia, higiene e limpeza	104.735	67.951
Materiais de expediente e impressos	83.076	45.347
Outros	462.626	254.059
	3.129.600	2.414.661

8. Depósitos Judiciais

Descrição	2.021	2.020
Cobrança judicial	481.448	481.207
Ações cível diversas	443.899	472.916
	925.347	954.123

Os depósitos judiciais estão representados por ações de cobrança judicial e processos cíveis, ainda em trâmites na justiça, e para os quais ainda cabem recursos da Pró-Saúde.

	2.020			
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
	9.955.057	(2.650.694)	7.304.363	2.374.149
	7.501.618	(1.086.822)	6.414.796	958.595
	731.088	(559.724)	171.364	162.132
	36.057	(33.063)	2.994	4.601
	276.063	(126.716)	149.347	168.620
	489.049	(348.083)	140.966	181.181
	354.869	(317.739)	37.130	54.331
	2.191.585	(1.995.647)	195.938	681.934
	760.049	(351.460)	408.589	436.241
	2.800	-	2.800	5.500
	8.423.359	-	8.423.359	14.503.922
	(21.020.506)	-	(21.020.506)	(11.321.769)
	9.701.088	(7.469.948)	2.231.140	8.209.437
	243.334	(243.334)	-	-
	243.334	(243.334)	-	-

continua

b) Movimentação					
Itens	Saldo em 31/12/20	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/21
Imobilizado					
Aparelhos médicos e cirúrgicos	4.511.700	5.178.500	(35.142)	-	9.955.057
Benfeitorias	1.421.055	-	-	6.080.563	7.501.618
Equipamento de proc. de dados	688.795	31.845	(52.977)	883	731.088
Equipamento telefônico	64.144	2.837	(30.924)	-	36.057
Instalações	516.518	-	(240.455)	-	276.063
Instrumentais de médicos e hosp.	494.229	-	(5.180)	-	489.049
Máquinas e equiptos de escritório	395.784	-	(41.506)	591	354.869
Máquinas e equiptos hospitalares	2.598.301	6.873	(50.165)	(883)	2.191.585
Móveis e utensílios de escritório	737.264	38.910	(15.534)	(591)	760.049
Adiantamento a fornecedores	5.500	5.287.084	(5.289.784)	-	2.800
Imobilizações em andamento	14.503.922	-	-	(6.080.563)	8.423.359
(-) Subvenções a realizar *	(11.321.769)	(11.235.656)	1.536.919	-	(21.020.506)
(-) Depreciação **	(6.406.006)	(1.535.826)	471.884	-	(7.469.948)
	8.209.437	(2.225.433)	(3.752.864)	-	2.231.140
Intangível					
Direitos de uso de software	243.334	-	-	-	243.334
(-) Amortizações **	(243.334)	-	-	-	(243.334)
*As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício mediante ao valor correspondente a depreciação do bem. No exercício de 2.021 montou a R\$ 1.535.826 (Em 2.020 - R\$ 859.783). **As despesas com depreciação e amortização, apuradas conforme a vida útil dos bens, no exercício de 2.021 montou a R\$ 1.535.826 (Em 2.020 - R\$ 859.783). c) Taxas de depreciação: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:					
Descrição	Taxa ao ano				
Aparelhos médicos e cirúrgicos	10,0%				
Benfeitorias	4,0%				
Equipamento de processamento de dados	20,0%				
Equipamento telefônico	10,0%				
Instalações	10,0%				
Instrumento de medicina e cirurgia	10,0%				
Máquinas e equipamentos de escritório	10,0%				
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%				
Móveis e utensílios de escritório	10,0%				
Direito de uso de software	20,0%				
10. Fornecedores					
Descrição	2.021	2.020			
Materiais e medicamentos	690.089	468.480			
Imobilizado	22.840	26.496			
Serviços tomados de pessoa jurídica	1.051.181	696.123			
	1.764.110	1.191.099			
11. Honorários Médicos					
Descrição	2.021	2.020			
Serviços tomados de pessoa jurídica	1.310.465	-			
	1.310.465	-			
12. Obrigações Sociais e Trabalhistas					
Descrição	2.021	2.020			
Salários e ordenados	1.389.999	1.408.303			
Provisão para dissídio coletivo (a)	2.135.194	-			
FGTS	206.642	202.289			
INSS	61.422	264.410			
Provisão de férias e encargos	2.447.369	2.253.070			
Outras	25.554	33.159			
	6.266.180	4.161.231			
(a) Provisão para dissídio coletivo: Em 31 de dezembro de 2.021 corresponde ao dissídio coletivo dos sindicatos: SINTHOSP - Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará e SINTHOSMA - Sindicato dos Empregados em Estabelecimento e Serviços da Rede Privada de Saúde das Regiões Sul e Sudeste do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,5%, referente ao período de setembro/2020 a agosto de 2.021, e 10,42% referente ao período setembro/2021 a dezembro/2021. SENPA, Sindicato dos Enfermeiros do estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,5%, referente ao período de maio/2020 a abril de 2.021, e 3,80% referente ao período maio de 2.021 a dezembro de 2.021.					
13. Obrigações Fiscais					
Descrição	2.021	2.020			
Imposto de renda retido na fonte	1.175.206	1.121.950			
Imposto sobre serviços retidos na fonte	76.004	86.987			
Pis, Cofins e CSLL retidos na fonte	3.397.669	3.489.910			
Parcelamento tributos federais					
PERT - Lei 13.496/17 (a)	172.482	180.118			
Passivo circulante	4.821.361	4.878.965			
Parcelamento tributos federais					
PERT - Lei 13.496/17 (a)	781.708	919.785			
Passivo não circulante	781.708	919.785			
(a) Parcelamento Lei 13.496/17 - tributos federais: Em novembro de 2.017, foi efetuada a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Lei 13.496/17, para o parcelamento de impostos e contribuições federais. O prazo para recolhimento é de 120 (cento e vinte) meses. Os valores estão atualizados pela taxa Selic e a última parcela está prevista para dezembro de 2.027.					
14. Partes Relacionadas					
Descrição	2.021	2.020			
Ativo circulante					
Empréstimos de materiais e medicamentos (a)					
Hospital de Altamira	-	6.961			
Hospital de Santarém	122.792	935			
Hospital Yutaka Takeda	-	1.270			
Empréstimos financeiros (b)					
Sede Administrativa	28.667.094	10.500.994			
	28.789.886	10.510.160			
Descrição	2.021	2.020			
Passivo circulante					
Empréstimos de materiais, medicamentos e financeiros (b)					
Hospital de Santarém	1.570.410	2.020.410			
Hospital de Metropolitano	6.000	820.000			
Hospital Galileu	-	159.000			
Hospital Yutaka Takeda	-	868			
Hospital Itakyra	-	115			
Serviços corporativos compartilhados (c)					
Sede Administrativa	609.262	1.060.844			
	2.185.672	4.061.237			
(a) - Empréstimos de materiais e medicamentos: Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. (b) - Empréstimos financeiros: Cor-					

responde a empréstimos financeiros efetuados às unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, para os quais não há prazo para devolução nem a incidência de juros. Essas operações financeiras foram efetuadas com o consentimento da Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA. **(c) - Serviços Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado. **15. Receitas Diferidas:** Corresponde ao saldo a realizar referente: (i) contrato 034/2012 - 2º termo aditivo no valor de R\$ 10.094.648, do 8º e 9º termos aditivos nos valores de R\$ 1.290.925 e R\$ 1.416.973 respectivamente, (ii) contrato 001/2.017 - 1º termo aditivo no valor de R\$ 5.481.259 pactuado no exercício de 2.017, ao valor de R\$ 4.200.000 referente ao exercício de 2.018, e (iii) aditivo pactuado no exercício de 2020 no valor de R\$ 2.025.800 para tratamento da covid-19. Em 2021, foram firmados aditivos para tratamento do Covid-19, que correspondem aos termos 4º no valor de R\$ 1.530.000, 6º termo no valor de R\$ 2.619.996, 7º termo aditivo no valor de R\$ 4.279.992, 8º termo aditivo no valor de R\$ 4.819.994, 11º termo aditivo no valor de R\$ 289.333. Adicionalmente, em 29 de novembro de 2021 foi recebido o montante de R\$ 4.460.529 referente a verba indenizatória. Todos os contratos e aditivos foram celebrados junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), com a finalidade de promover investimentos necessários à execução de obras de ampliação, aquisição de equipamentos hospitalares para a unidade e custeios extraordinários ao contrato de gestão principal. A movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.021	2.020
Saldo inicial	13.093.036	11.067.236
(+) Subvenção para custeio	24.816.805	2.025.800
(+) Subvenção para investimento	7.327.466	-
(-) Baixas e realizações	(34.148.429)	-
	11.088.878	13.093.036

16. Adiantamento de Clientes: Corresponde ao recebimento financeiro ocorrido em 2021 relativo ao 14º termo aditivo ao contrato de gestão para ampliação da ala (Hemodinâmica). **17. Provisão para Descontinuidade de Contrato:** Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades, correspondem à multa rescisória do FGTS, que é estimada sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho por ocasião do encerramento do contrato de gestão. A movimentação da provisão do exercício foi a seguinte:

Descrição	2.021	2.020
Saldo inicial	2.953.875	2.740.035
Adições (Nota 20 - despesa com pessoal)	726.127	577.642
Baixas por rescisões de contratos	(603.714)	(363.802)
Saldo final	3.076.288	2.953.875

18. Provisão Para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:

Descrição	2.021	2.020			
Trabalhistas	31.120	171.160			
	31.120	171.160			
No exercício de 2.021, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, autorizou a reversão do saldo da provisão no montante de R\$ 139.940 (Em 2020 - R\$ 1.071.900). 19. Receitas de Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeios referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.021 montou a R\$ 84.083.202 (Em 2020 - R\$ 66.365.115). Desse montante o valor de R\$ 18.346.478 corresponde a aditivos pactuados referente a pandemia Covid-19.					
20. Despesas Com Pessoal					
Descrição	2.021	2.020			
Salários e ordenados	(17.639.361)	(13.529.405)			
Insalubridade	(2.519.751)	(1.836.578)			
Horas extras e adicionais	(2.200.236)	(593.314)			
Horas extras sobre aviso	(267.708)	(296.481)			
Décimo terceiro salário	(2.024.221)	(1.685.385)			
Indenizações	(1.665.303)	-			
Férias	(2.755.493)	(2.360.459)			
FGTS	(2.140.150)	(1.666.270)			
Provisão para descontinuidade	-	-			
- Multa rescisória FGTS	(726.127)	(577.642)			
Contribuição patronal ao INSS	(6.973.424)	(5.800.308)			
(-) Isenção da contribuição patronal ao INSS	6.973.424	5.800.308			
PIS	(250.842)	(208.645)			
(-) Isenção do PIS	250.842	208.645			
Outras despesas com pessoal	(610.872)	(2.017.481)			
	(32.549.222)	(24.563.015)			

21. Serviços de Terceiros		
Descrição	2.021	2.020
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(20.653.155)	(17.724.139)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(2.792.924)	(2.087.635)
	(23.446.079)	(19.811.774)

22. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

23. Drogas Materiais e Medicamentos		
Descrição	2.021	2.020
Dietas enteral e parenteral	(624.956)	(441.147)
Medicamentos	(5.071.507)	(2.176.550)
Órtese e prótese	(449.289)	(608.214)
Materiais de laboratório	(806.841)	(629.130)
Materiais hospitalares de consumo	(5.328.847)	(3.075.821)
Materiais de banco de sangue/ agência transfusional	(39.291)	(35.573)
Gases medicinais	(652.346)	(447.305)
Gêneros alimentícios	(1.168.734)	(810.708)
Materiais de limpeza e lavanderia	(682.834)	(578.443)
Materiais de manutenção e reposição	(781.541)	(713.337)
Filmes radiológicos	(126.453)	(95.842)
Materiais para hemodiálise	(526.025)	(311.150)
Fios cirúrgicos	(33.946)	(27.369)
Materiais de expedientes e impressos	(305.141)	(231.792)
Uniformes e enxovais	(214.243)	(92.986)
Outros	(580.129)	(319.700)
	(17.392.123)	(10.595.067)

24. Despesas Gerais e Administrativas		
Descrição	2.021	2.020
Energia elétrica, água, gás, telefone e internet	(1.557.813)	(1.173.447)
Manutenções em gerais	(1.416.168)	(1.621.789)
Locações	(177.712)	(160.774)
Segurança patrimonial	(89.225)	(92.011)
Viagens e estadias	(97.413)	(73.947)
Software	(349.560)	(433.733)
Condução - taxis - estacionamento, fretes e carretos	(62.191)	(60.389)
Copa - lanches e refeições	(7.268)	(5.306)
Outras	(76.601)	(96.194)
	(3.833.951)	(3.717.590)

25. DESPESAS FINANCEIRAS		
Descrição	2.021	2.020
Despesas bancárias	(123.763)	(36.335)
Juros	(148.418)	(180.423)
Multas	(79.418)	(24.462)
	(351.599)	(241.220)

26. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

26. Instrumentos Financeiros		
Descrição	2.021	2.020
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.565	23.852
Pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	2.128.202	2.261.346
Partes relacionadas a receber	28.789.886	10.510.160
Total	30.920.653	12.795.358
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.764.110	1.191.099
Honorários médicos	-	1.310.465
Partes relacionadas a pagar	2.185.672	4.061.237
Total	5.260.247	5.252.336

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **27. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social:** Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Superversão SIPAR Nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2012-43), este ainda aguardando, por conseguinte, julga-

mento. Em 20/08/2020 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 794, de 25 de agosto de 2020 que Defere, sub judice, a Renovação do CEBAS relativo ao triênio de 2013 à 2015. Relativamente ao triênio de 2.004 a 2006, tem-se que o processo SIPAR 25000.163451/2011-49 foi retomado em função da Ação Popular nº 0139700-62.2013.4.02.5102, havendo o indeferimento, em grau de reconsideração, da Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social), ato este exteriorizado pela portaria nº 805 de 05 de junho de 2018, publicada no DOU em 19.06.2018. No entanto, por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, referido indeferimento foi suspenso, pela portaria de n.º 1.103, de 19.07.2018, publicada no DOU em 23.07.2018, ao que, pelo momento, a renovação do CEBAS da entidade, ainda aguarda apreciação por parte do Ministério da Saúde. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. Em 24/07/2018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficiárias de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Em 02/07/2021 foi protocolado novo requerimento de renovação, no Sistema de Certificação das Entidades de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.100840/2021-35 relativo ao triênio 2022 a 2024. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2021 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 20 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **28. Renúncia Fiscal:** A Pró-Saúde Associação Beneficiária de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudoeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. A Pró-Saúde Associação Beneficiária de Assistência Social e Hospitalar, é uma organização social de saúde, que não efetuou nenhuma distribuição de parcela de seu patrimônio ou renda, a qualquer título, aplicando seus recursos integralmente em suas finalidades estatutárias, no país. Por conseguinte, cumpre os requisitos legais para o não pagamento/recolhimento de impostos e contribuições assim discriminado: Esfera Federal - Na esfera federal o benefício constitucional da imunidade e isenções legais asseguram à Pró-Saúde o não pagamento/recolhimento dos seguintes impostos/contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações de renda fixa e variável, Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição ao PIS e Contribuição Previdenciária Patronal (INSS) sobre a folha de pagamento em razão do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social e Hospitalar. Esfera Estadual - O benefício constitucional da imunidade assegura o não pagamento/recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), através de requerimentos específicos. Esfera Municipal - O benefício constitucional de isenção assegura o não pagamento / recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) à Prefeitura de Marabá, através de requerimentos específicos. Em atendimento a ITG 2.002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.409/12, o valor da renúncia fiscal que a entidade obteve no exercício de sua atividade, como se a obrigação devida fosse, está apresentado abaixo:

Descrição	2.021	2.020
Contribuição para o financiamento da seguridade social	(2.692.049)	(2.032.012)
Contribuição patronal ao INSS	(6.973.424)	(5.800.308)
Contribuição ao PIS	(250.842)	(208.645)
Imposto sobre serviços (ISS)	(4.204.160)	(3.419.546)
	(14.120.475)	(11.460.511)

Ressalte-se que os valores das contribuições são informados apenas nas notas explicativas, observado o seguinte: as referidas contribuições não representam custo, despesa ou obrigação da entidade em razão de sua imunidade e isenção tributária, bem como nenhum ganho efetivo, perda ou risco potencial à entidade. **29. Pacientes Atendidos:** A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade. **30. Eventos Subsequentes:** O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes na economia nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial. A área da Saúde foi um dos setores que teve a rotina fortemente afetada pela pandemia de Covid-19. Os principais impactos observados na unidade hospitalar no exercício de 2021 foram: ● Aumento substancial dos estoques hospitalares, tendo em vista a necessidade de aumentar o estoque de segurança das unidades, ● Aumento de custos dos estoques hospitalares, em razão alta procura e baixa oferta de materiais hospitalares; ● Devido a Pandemia, dificuldades no cumprimento das metas contratuais quantitativas; ● Adequação de novos leitos COVID corroborando para o aumento na contratação de médicos, enfermagem e demais áreas multidisciplinares para atender aos pacientes COVID; A Administração entende que diante do impacto nas operações e resultados financeiros, e em função das medidas já tomadas, não há necessidade de provisionamentos adicionais até o momento.

Dom Carmo João Rhoden - Presidente • Pe. Carlos Fritzen - Diretor Corporativo Administrativo
Valdemir Fernille Girato - Diretor Hospitalar • Benjamin Ferreira de Sousa Neto - Diretor Administrativo Financeiro do Hospital
Othilio Garcia Praia Junior - Contador do Hospital - CRC: 1PA020.240/O-3 • David Martins Ferreira - Contador Corporativo - CRC: 1SP195.413/O-2 "S" - PA

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficiária de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudoeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá - PA. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficiária de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudoeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

ras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante sobre a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1c, que demonstra as ações estratégicas da administração para manutenção das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 29.736.624 e patrimônio líquido negativo de R\$ 1.679.366 em função de déficits recorrentes apurados em exercícios anteriores. A reversão dessa posição negativa depende da continuação das ações estratégicas implantadas pela Administração da Entidade, bem como de negociações com o Governo do Estado do Pará. Os eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1c, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase – Efeitos da "Operação S.O.S.":** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3, que descreve os reflexos da "Operação S.O.S." na Pró-Saúde ocorrida no exercício de 2018, que abrange: (i) A colaboração espontânea realizada por alguns executivos da Pró-Saúde em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, da qual tomou-se conhecimento em agosto de 2.018; (ii) Até a presente data, não foram identificados ajustes contábeis que pudessem afetar o patrimônio líquido do Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso – Marabá/PA; e (iii) As ações que estão sendo adotadas pela Administração corporativa da Pró-Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2.022.

LM Auditores Associados
 CRC 2SP018.611/O-8
Maurício Diácoli
 CRC 1SP129.562/O-5

Protocolo: 779038

ROMANCEIRO DA CABANAGEM
 POESIA - JOSE ILDONE

2015
 180 Anos da Cabanagem

Edições
H&C
 4009-7817